

MATERIALIZAÇÃO DO CORPO E ABJEÇÃO EM JUDITH BUTLER¹

Body materialization and abjection in Judith Butler

André Luiz dos Santos Paiva²

RESUMO

O artigo discute, a partir da teoria de gênero de Judith Butler, a questão da materialização dos corpos em seu cruzamento com o conceito de abjeção. Para isso, inicialmente é exposto como Butler trata da questão do corpo e de sua colocação enquanto marco de consolidação da ideia de diferença sexual. Posteriormente, evidencia-se o diálogo realizado por Butler com a psicanalista Julia Kristeva a partir do conceito de abjeção, que permite à filósofa pensar a produção da inteligibilidade humana nos marcos do sistema de sexo-gênero e a proposição de uma leitura que possibilita a reformulação da formação simbólica que torna os corpos generificados possíveis.

Palavras-chave: corpo. gênero. Julia Kristeva. Judith Butler. simbólico.

ABSTRACT

Based on Judith Butler's theory of gender, the article discusses the issue of the materialization of bodies in their intersection with the concept of abjection. For this, initially, it is exposed how Butler deals with the issue of the body and its placement as a landmark in the consolidation of the idea of sexual difference. Subsequently, the dialogue carried out by Butler with the psychoanalyst Julia Kristeva from the concept of abjection is evidenced, which allows the philosopher to think about the production of human intelligibility within the framework of the sex-gender system and the proposition of a reading that enables the reformulation of the symbolic formation that makes gendered bodies possible.

Key-words: body. gender. Julia Kristeva. Judith Butler. symbolic.

Introdução

O presente artigo discute, a partir da teoria de gênero de Judith Butler, a questão da materialização dos corpos no que tange à fabricação de gêneros inteligíveis em seu cruzamento com o conceito de abjeção. Na

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2022.251260>

² Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: alz.paiva@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1887-9960>

primeira parte do texto, foca-se na questão do corpo e da diferença sexual. Assim, inicialmente é exposto como Butler trata da questão do corpo e de sua colocação enquanto marco de consolidação da ideia de diferença sexual a partir da materialidade, concepção à qual ela sobrepõe, como crítica, uma perspectiva performativa do sexo e dos corpos que evidencia os aspectos linguístico-discursivos na produção do espaço cultural de inteligibilidade de sexo-gênero.

Na segunda parte do artigo, evidencia-se o diálogo que Butler realiza com a psicanalista Julia Kristeva, algo possibilitado pela sua incursão no campo da linguagem e do simbólico. De Kristeva, Butler toma de empréstimo as discussões em torno do conceito de abjeção, que é conceituada como o que consolida as fronteiras dos corpos e da cultura possibilitadoras da inteligibilidade humana de forma geral a partir de lógicas de exclusão e deslegitimação, aspecto aplicado por Butler, de forma específica, às experiências de gênero.

Assim, a partir do conceito de abjeção, Butler constrói uma teorização que reconceitualiza a ideia de materialidade dos corpos inserindo os aspectos simbólicos para pensar a produção de experiências abjetas, bem como as subversões que essas apresentam através da recitação que rompe com a lógica de sexo-gênero hegemônica. Isso torna também possível, uma vez vislumbrado o caráter construído dos sexos a partir de marcos de inteligibilidade específicos, pensar outras possibilidades que engendrem outros marcos, esses mais abertos à multiplicidade e às transformações que ocorrem nas experiências de sexo-gênero.

Pretende-se com o artigo o aprofundamento teórico das relações que Butler estabelece com o pensamento de Kristeva, pois, ainda que o conceito de abjeção frequentemente apareça nas discussões no campo dos estudos de gênero e *queer* que tomam a teoria de Butler como referente, são escassos os trabalhos que avançam na direção de evidenciar o diálogo direto entre as autoras, de forma que a referência à Kristeva raramente ocorre, sendo pouco explorada quando da ocorrência. Além disso, o esforço teórico aqui empreendido conecta-se com a concepção de que é necessário, no contexto brasileiro, mais trabalhos que se proponham enquanto comentários da teoria de gênero de Judith Butler, avançado teoricamente em interpretações que extra-

polem a aplicação dos conceitos da filósofa em contextos empíricos delimitados.

Materialização do corpo, linguagem e performatividade

Na teoria de gênero desenvolvida por Butler, apesar da grande ênfase dada aos discursos, o corpo como materialidade não é recusado (SALIH, 2012). O que ocorre é a desnaturalização desse corpo, de forma que ele é posto como algo que não existe antes de um discurso e antes de uma matriz de inteligibilidade cultural que o institua enquanto verdade natural. Levar essa discussão à radicalidade aponta para uma perspectiva que desloca o corpo como verdade última do sujeito e o vislumbra como espaço enunciativo normativo (BUTLER, 2019). Será esse espaço de enunciação que forjará os corpos numa lógica binária. Dessa maneira, não há nesse pensamento uma recusa dos corpos, mas sim um questionamento da ideia de diferença sexual que sustenta os processos de materialização performativa, de forma que Butler (2019) propõe uma espécie de genealogia crítica dos corpos que retirará a sua materialidade de um espaço conceitual irreduzível.

Butler explicita a relação que, pensar o corpo enquanto campo performativo, estabelece entre o linguístico e o “teatral” ou performático. Para a autora, esses dois aspectos não podem ser pensados separadamente, estando em constante relação na fabricação de corpos e gêneros inteligíveis. Sobre esse aspecto, ela afirma:

[...] minha teoria às vezes oscila entre entender a performatividade como linguística e considerá-la enquanto teatral. Cheguei a pensar que as duas são invariavelmente relacionadas, quiasmaticamente, e que uma reconsideração do ato de fala como uma instância de poder invariavelmente chama a atenção tanto para suas dimensões teatrais como linguísticas (BUTLER, 1999, p. XXV) (*tradução nossa*³).

Nesse sentido, o corpo não seria algo que pode ser analisado enquanto apenas materialmente constituído, o que tampouco leva a filósofa a de-

³ [...] my theory sometimes waffles between understanding performativity as linguistic and casting it as theatrical. I have come to think that the two are invariably related, chiasmically so, and that a reconsideration of the speech act as an instance of power invariably draws attention to both its theatrical and linguistic dimensions.

fender uma constituição corporal estritamente linguística. Ou seja, a constituição dos sujeitos passa pela materialidade dos corpos, no entanto, essa materialidade é sempre interpretada, significada e ressignificada pela cultura. Com essa leitura acerca da fabricação também linguística dos corpos, o que Butler (2019) propõe é que o corpo em sua materialidade, inteligível apenas a partir de referências linguísticas e culturais específicas, não é meramente descrito, mas, enquanto enunciado performativo, é forjado no processo de enunciação (BUTLER, 2019; DIAZ, 2012).

Para defender esse argumento, Butler recorre à crítica das leituras hegemônicas acerca da diferença entre sexo e gênero, a saber: o sexo ocupa o lugar da natureza enquanto realidade material inegável, ao passo que o gênero se relaciona aos significados sociais e culturais que o corpo ganharia em seu encontro com a cultura. No entanto,

[...] o próprio conceito do sexo-como-matéria, do sexo-como-instrumento-de-significação-cultural, é uma formação discursiva que atua como fundação naturalizada da distinção natureza/cultura e das estratégias de dominação por ela sustentadas. A relação binária entre natureza e cultura promove uma relação de hierarquia em que a cultura “impõe” significado livremente à natureza, transformando-a, consequentemente, num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado, salvaguardando a idealidade do significante e a estrutura de significação conforme o modelo de dominação (BUTLER, 2008, p. 66).

Nesse sentido, não seria viável pensar o sexo como instância material pré-discursiva, pois qualquer menção a uma realidade que antecede o discurso já é ela mesma forjada discursivamente. Nesse processo, nem a materialidade antecede o discurso, nem o discurso engendra de forma absoluta a matéria (BUTLER, 2019). O que Butler sugere com esse argumento é que não é possível resumir nem a matéria à pura discursividade, como também pouco defender a existência de uma materialidade que prescinde do discurso para ganhar inteligibilidade.

O discurso acerca do sexo seria, assim, formador da própria categoria sexo e de sua partição binária. No entanto, afirmar isso não significa, em Butler, que seria o discurso que originaria o sexo, mas sim que não é possível a referência a um corpo puro ou original que se encontra num campo

pré-discursivo ou antecedente à cultura que o interpreta, haja vista que qualquer menção a uma esfera antecedente ao discurso já é construída discursivamente em sua delimitação (BUTLER, 2019).

O corpo em sua materialidade enquanto espaço privilegiado da definição binária dos sexos ganha outro estatuto em sua relação com a linguagem para Butler. A partir de sua teoria, é possível defender que não há um corpo que seria representado posteriormente através da linguagem, mas que, performativamente, o corpo ganha realidade no exato momento em que ingressa nos sistemas de representação que o antecedem, constituindo-o (JAGGER, 2008). Nesse sentido, apesar do corpo não ser reduzível a linguagem, não é possível o acesso a ele fora dessa mesma linguagem. O corpo, bem como a distinção dos sexos que as representações discursivas impõem, só podem ser pensados e falados através da linguagem, de forma que as construções linguísticas envolvidas nesses processos são centrais para o entendimento do lugar do corpo em nossa cultura (LLOYD, 2007).

Com a defesa desse caráter construído linguística e performativamente do corpo, Butler ataca uma distinção muito cara às discussões em torno do gênero que a precederam. Nesse sentido, a filósofa questiona a distinção radical entre sexo e gênero que coloca o gênero como uma construção posterior ao sexo, numa espécie de ingresso da cultura nos corpos. Ela defende que tanto o sexo como o gênero são fabricações e se relacionam com a criação e manutenção de determinada matriz de inteligibilidade que, para ser sustentada, naturaliza o sexo de forma a justificar o binarismo de gênero. Nesse processo, seria explicitado exatamente o caráter construído do sexo, de forma que

[...] o “sexo”, definido como anterior ao gênero, será em si mesmo uma postulação, uma construção, oferecida pela linguagem como algo que é anterior à própria linguagem, anterior à construção. Mas esse sexo postulado como anterior à construção se converterá – em virtude de ter sido postulado – no efeito dessa mesma postulação, a construção de construção. Se o gênero é a construção social do sexo e se não há acesso a esse “sexo”, exceto por meio de sua construção, então parece que além de o sexo ser absorvido pelo gênero, o “sexo” se torna algo como uma ficção, tal-

vez uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para onde não existe acesso direto (BUTLER, 2019, p. 07-8).

Para sustentar sua argumentação, Butler foca no processo de materialização do corpo, de forma a desnaturalizar os discursos acerca da distinção entre sexo e gênero, explicitando as relações entre matéria e linguagem que operam na construção da ideia de sexo e, conseqüentemente, de sua divisão binária. Para Butler (2008), a constituição dos corpos, assim como ocorre no caso do gênero, se dá em cruzamento com fatores políticos que delimitam a viabilidade dos sujeitos, de forma que o corpo enquanto ideia unificada, com partes e formas bem delimitadas, está sempre atravessado por uma linguagem que está atrelada a interesses políticos específicos.

Disso depreende-se que, no que tange à fabricação performativa do corpo defendida por Butler, as relações entre matéria e linguagem produzem uma interdependência necessária que inviabiliza pensar esses dois aspectos de forma separada (NAVARRO, 2008). Isso ocorre pela impossibilidade de se pensar o corpo e a matéria fora de qualquer marco de inteligibilidade cultural que é prévio aos sujeitos de enunciação e, assim,

[...] não faz sentido aceitar uma distinção entre materialidade/construção, porque simplesmente não há como sairmos de nossas estruturas culturais ou, para ser mais precisa, fora da linguagem e das significações, a fim de obter algo essencial, incluindo, neste caso, a matéria ou materialidade do corpo (JAGGER, 2008, p. 1089) (*tradução nossa*⁴).

A realidade material estaria, assim, sempre associada a determinadas estruturas linguísticas e epistemológicas que viabilizam a sua apreensão (NAVARRO, 2008). A essa altura a própria distinção entre realidade material ou corporal e construção se torna impossível, dado que não se recorre à ideia de uma matéria que ganharia posteriormente sentido através da cultura, mas de marcos culturais que, de forma concomitante ao ingresso do corpo na cultura, possibilita a sua apreensão em sua materialidade.

⁴ [...] it makes no sense to accept a materiality/construction distinction because there is simply no way we can get outside of our cultural frameworks or, to be more precise, outside of language and signification in order to get at that something essential, including, in this case, the matter or materiality of the body.

A compreensão indissociável do corpo em sua materialidade em relação aos marcos linguísticos que a permitem não culmina na reificação da linguagem em detrimento da materialidade dos corpos. Para Butler, não ocorre do corpo em sua materialidade ser pensado enquanto um constructo meramente linguístico. O que se opera em sua construção teórica é a conexão entre essa materialidade e o campo discursivo que a torna inteligível, dado que qualquer ideia que se tenha acerca do que é o corpo passa, necessariamente, pela sua conexão com a linguagem, de forma que “quando o ‘corpo’ é apresentado como passivo e anterior ao discurso, qualquer teoria do corpo culturalmente construído tem a obrigação de questioná-lo como um construto cuja generalidade é suspeita” (BUTLER, 2008, p. 187-86).

Assim, nem a materialidade nem a linguagem se tornam os definidores da fabricação dos corpos, bem como nenhum desses fatores é eliminado em detrimento do outro. Os questionamentos que Butler opera em relação à matéria não têm por objetivo defender sua inexistência ou irrelevância quando se pensa a definição dos corpos e sexos, mas a necessidade de ir além de uma perspectiva que vislumbra a materialidade desses corpos enquanto um aspecto prévio ao discurso e, por isso, digno de erguer-se enquanto ponto de partida para pensar os corpos.

Não haveria, assim, materialidade prévia a ser acessada pelos discursos, uma vez que, ao acessar a matéria já estamos também inseridos no discurso. No entanto, isso é diferente de dizer que o corpo é ele mesmo apenas um discurso, pois se estabelece a relação entre corpo e linguagem exatamente devido à impossibilidade da linguagem conectar-se com algo que tenha sido imposto enquanto radicalmente exterior a ela (DIAZ, 2012). É nesse sentido que Butler afirma em entrevista concedida a Reddy (2004) que “impressões culturais no corpo tornam-se parte da própria fisiologia do corpo, de modo que torna-se impossível separar o biológico do cultural das formas que algumas pessoas costumavam fazer” (p. 118) (*tradução nossa*⁵).

Com isso, fica claro que, para Butler, não há realidade além da linguagem a qual se possa acessar de alguma forma (DIAZ, 2012). Dessa ma-

⁵ Cultural imprints on the body become a part of the very physiology of the body, so that it becomes impossible to separate the biological from the cultural in ways that some people used to do.

neira, matéria e sentido estão conectados de forma inseparável num processo no qual materializar é, ao mesmo tempo, significar. A partir dessa perspectiva teórica, Butler constrói uma teoria que acaba por questionar pressupostos importantes no que tange à definição do corpo e, consequentemente, da diferença sexual (LLOYD, 2007).

Nesse pensamento, do ponto de vista epistemológico, a autora acaba por rever a própria ideia do que venha a ser algo construído através da linguagem e da cultura. Ela opera o questionamento do lugar do construído no pensamento e na vida dos sujeitos de forma a explicitar a centralidade que as construções têm na própria consolidação dos sujeitos. É a partir desses pressupostos que ela questionará:

[...] por que se entende o que é construído como artificial e dispensável? O que deveríamos fazer com as construções sem as quais não seríamos capazes de pensar, de viver, de dar sentido a tudo, coisas que para nós, de algum modo, se fizeram necessárias? Seriam certas construções do corpo constitutivas no sentido de que não poderíamos agir sem elas, ou que sem elas não haveria nenhum “eu”, nenhum “nós”? Pensar o corpo como construído demanda repensar o significado da construção em si (BUTLER, 2019, p. IV).

É essa forma de vislumbrar o caráter construído dos corpos que permitirá a ela, assim como faz em relação ao gênero (BUTLER, 2008), defender o caráter performativo do corpo. Pensar o corpo enquanto performativo explicita o aspecto normativo inerente aos processos de significação que os corpos ganham através da linguagem, num processo no qual os discursos sobre o corpo não têm uma função meramente descritiva (DIAZ, 2012). “Declarar, como faz Butler, que o sexo é sempre (‘em alguma medida’) performativo é declarar que os corpos não são meramente descritos; eles são sempre constituídos no ato da descrição” (SALIH, 2012 p. 124-5).

A ideia de elaboração performativa do sexo não culmina na defesa de que este seja uma mera ficção linguística e, logo, passível de ser eliminada enquanto construto que faz parte da constituição das subjetividades. Pensar o sexo enquanto performativo, na verdade, explicita as relações intrínsecas entre esse e o espaço da cultura que possibilita os limites da inteligibilidade humana.

O que ganha centralidade nessa interpretação do sexo e dos corpos é o campo social no qual a matéria ganha inteligibilidade. É nesse sentido que Butler irá contestar o caráter imutável do sexo, dado que “[...] talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2008, p. 25). Com essa afirmação, o que Butler explicita é o caráter social da designação do que seria o sexo, de forma que a superfície corporal, que não é negada em momento algum pela filósofa, tem que passar por um processo de incorporação das normas culturais, essas repetidas e reinterpretadas numa dinâmica que é, por sua vez, linguístico-discursiva e, logo, performativa (NAVARRO, 2008).

O que fica explicitado no pensamento de Butler é a impossibilidade de distinção radical entre matéria e discurso, de forma que

[...] sua perspectiva acerca da performatividade do discurso na materialização do sexo é uma tentativa de demonstrar ainda mais as limitações dessa distinção, concentrando-se no significado da linguagem e da significação sem reduzir tudo a elas. Assim, ela insiste que a visão da materialidade envolvida em seu relato desafia os entendimentos de referência tradicionais e do senso comum, mas não envolve alguma forma de idealismo ou nominalismo – a redução da “realidade” a uma questão de linguagem (JAGGER, 2008, p. 1178) (*tradução nossa*⁶).

Fica claro, a partir das discussões empreendidas por Butler, que a materialidade dos corpos não é independente dos discursos sociais que, no fim, dão inteligibilidade e existência a eles (MARTÍNEZ, 2015). Nesse sentido, a autora opera não a criação de uma ontologia dos corpos, mas a análise das condições específicas sob as quais os corpos são impostos enquanto sexuais. Martínez (2015) explica essa forma de pensar a

⁶ [...] her account of the performativity of discourse in the materialization of sex is an attempt to further demonstrate the limitations of this distinction by focusing on the significance of language and signification without reducing everything to them. Thus, she insists that the view of materiality involved in her account challenges traditional and common-sense understandings of reference, but it does not involve some form of idealism, or nominalism – the reduction of “reality” to a matter of words.

materialidade dos corpos em Butler a partir da escolha da autora em focar não apenas na questão da matéria, mas da materialização, o que permite uma análise processual dessa dinâmica:

Seu aporte para contribuir com essa modelização teórica é trocar a ideia de matéria corporal/sexo pela de materialização, como um processo comandado por discursos regulatórios e arranjos de poder. Assim, a materialidade do corpo sexuado é enquadrada em um processo de produção forçada desde o início, nos diz Butler. É uma designação de sexo forçada, imposta por um aparato regulatório que impele compulsivamente à heterossexualidade (p. 329) (*tradução nossa*⁷).

O que Butler provoca com essa perspectiva é uma leitura que mostra o caráter material do próprio discurso, uma vez que esse não opera de forma descolada dos corpos. É na relação entre matéria e discurso que o próprio corpo ganha inteligibilidade, sendo essa regulada por ideais normativos que limitam necessariamente as experiências subjetivas no que tange às experiências de sexo-gênero. Assim, em Butler,

ao invés de negar a realidade da materialidade, como os críticos tendem a reivindicar, o foco é posto no papel da linguagem e da significação (e nas exclusões, repúdios e não inteligibilidades) na produção de qualquer aparente realidade em sua materialidade” (JAGGER, 2008, p. 264) (*tradução nossa*⁸).

Apesar de explicitar o caráter imposto da produção sexuada dos corpos, Butler não incorre na defesa de impossibilidade de modificação dessas relações. Nesse sentido, a partir de seu pensamento que reconceitualiza a materialidade dos corpos, se torna também possível, uma vez vislumbrado o caráter construído dos sexos, pensar outras possibilidades que engendrem

⁷ Su aporte para contribuir a tal modelización teórica consiste en trocar la idea de materia del cuerpo/sexo por la de materialización, como proceso comandado por discursos reguladores y arreglos de poder. Es así que la materialidad del cuerpo sexuado se enmarca en un proceso de producción forzado desde el principio, nos dice Butler. Se trata de una asunción del sexo obligada, impuesta por un aparato regulador que impulsa compulsivamente la heterossexualidad.

⁸ Rather than denying the reality of materiality as critics tend to claim, the focus is on the role of language and signification (and the exclusions, repudiations and unthought) in the production of any apparent reality in its materiality.

marcos de inteligibilidade mais abertos à multiplicidade. Nesse sentido, ela acaba por denunciar o aspecto excludente que o processo de incorporação das normas engendra. Sobre isso ela afirma:

Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então, essa demarcação produzirá um domínio de “sexos” excluídos e deslegitimados. Por isso, é igualmente importante pensar sobre como e até que ponto os corpos são construídos e sobre como e até que ponto os corpos não são construídos, e, posteriormente, perguntar como os corpos que fracassam nessa materialização fornecem o “exterior” necessário, se não o apoio necessário, para os corpos que, na materialização da norma, se qualificam na categoria de corpos que importam [matter]. (BUTLER, 2019, p. 21-2).

O processo de produção dos corpos sexuados em Butler através da produção de um campo de inteligibilidade está intimamente relacionado à produção do corpo enquanto algo a que se deve atribuir um gênero. Isso ocorre devido à noção de que o corpo seria o definidor das possibilidades de gênero. Nesse sentido, para dois sexos, haveria apenas dois gêneros que imprimiriam a cultura nos corpos sexuados (BUTLER, 2008). No entanto, para a filósofa, ao se defender essa dicotomia, o que ocorre é, na verdade, o apagamento do construto do sexo, uma vez que, ao afirmar que os sexos ganham sentido numa relação de continuidade estabelecida com os gêneros, o sexo acaba por ser absorvido pela própria ideia de gênero. Assim,

Se o gênero consiste nos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não acumula significados sociais como propriedades aditivas, mas, em vez disso, é substituído pelos significados sociais que perpetua; no decurso dessa assunção, o sexo é abandonado e o gênero emerge, mas não como um termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca da sua plena consubstancialização no gênero ou aquilo que, de um ponto de vista materialista, poderia constituir uma completa dessubstancialização. (BUTLER, 2019, p. 07).

É a partir dessa crítica que Butler defende que, à semelhança dos gêneros, no que tange aos sexos, também há um movimento de tornar-se que se relaciona diretamente com a própria noção binária de gênero que nossa organização social sustenta. Devido a essa leitura é possível a Butler desta-

car as relações entre gênero e sexo, o que não é o mesmo que eliminar a noção de sexo, uma vez que o explicitado é não a inexistência dos sexos, mas seu caráter discursivamente construído a partir de aparatos sociais e políticos específicos conectados diretamente com a noção de gênero. Nesse processo, o corpo, não sendo reduzível ao discurso, o excede e pode, inclusive, reformular as normas que o limitam. Nesse sentido,

é interessante evitar um idealismo que reduz toda a matéria a signos, mas sem cair em um realismo extremo que separa radicalmente a matéria dos signos. A primeira posição ignora o fato de que a matéria não pode ser criada pelo discurso. A segunda ignora o fato de que a matéria é, e somente se materializa, através do discurso. Ambas ainda estão cegas para a simples verdade de que todos os signos são em si materiais (MARTÍNEZ, 2015, p. 333) (*tradução nossa*⁹).

O que se depreende a partir disso é que não há em um momento o sexo e noutro o gênero, mas que o sexo é desde o princípio generificado como forma de dar inteligibilidade a esse construto. Esse processo ocorre porque nascemos num mundo no qual já preexistem normas de gênero, o que se reflete na própria construção de corpos sexuados que viabilizariam a formação dos sujeitos generificados como forma de ingresso na cultura.

Abjeção e os limites do corpo

É a construção cultural e simbólica de um campo de inteligibilidade específico que define se as experiências de sexo-gênero terão ou não reconhecimento social. Nesse sentido, pensar o que engendra os limites desse marco se torna indispensável para uma melhor compreensão da fabricação dicotômica dos corpos e dos gêneros em nossa organização social. Para Butler, a demarcação desses limites passa pela relação que o campo social estabelece com determinadas experiências que serão marcadas pela abjeção, conceito que a filósofa toma de empréstimo da psicanalista Julia Kristeva.

⁹ Resulta interesante evitar un idealismo que reduce toda la materia a los signos, pero sin caer en un realismo extremo que separa radicalmente la materia de los signos. La primera posición ignora el hecho de que la materia no puede ser creada por el discurso. La segunda pasa por alto el hecho de que la materia es y sólo se materializa a través del discurso. Ambas siguen ciegas ante la simple verdad de que todos los signos son en si mismos materiales.

Em obra dedicada à discussão da abjeção, Kristeva (1982) explicita os mecanismos psíquicos envolvidos na produção das experiências de abjeção. A produção da abjeção está relacionada diretamente às possibilidades de ingresso na ordem simbólica. Nesse sentido, o abjeto apresenta-se enquanto algo radicalmente excluído do lugar da produção de significados. No entanto, isso não significa dizer que o abjeto seja algo inexistente, mas sim que ele se configura enquanto algo não reconhecido pela ordem simbólica vigente, podendo ser entendido como aquilo que se insere no lugar de uma negação: “Não eu, não isso. Mas, também, não nada. ‘Alguma coisa’ que eu não reconheço enquanto alguma algo” (KRISTEVA, 1982, p.02) (*tradução nossa*¹⁰).

É o caráter existente, porém negado, que melhor demarca o espaço da abjeção na ordem simbólica. Assim, o abjeto torna-se um elemento não assimilado, mas que se relaciona diretamente com o desejo dos sujeitos, a partir de uma relação que, ao negar a existência do abjeto, acaba por demarcar as fronteiras do que pode ser reconhecido, bem como estabelece um campo de interdito que desafia os próprios limites do desejo. Nesse sentido, a questão da abjeção está conectada à emergência dos sujeitos, uma vez que a “[...] abjeção não é um estágio passageiro, mas um processo perpétuo que desempenha um papel central no projeto de subjetividade” (TYLER, 2009, p. 80) (*tradução nossa*¹¹).

Na produção de subjetividades, sempre desejante, o abjeto ocupa um lugar de perversão, dado que a inclusão de um objeto no campo abjeto se ancora no superego que identifica na abjeção um espaço que recusa as proibições e a Lei, por vezes desafiando-as e corrompendo-as através não da negação, mas das possíveis vantagens que possa ter em relação ao campo simbólico instituído. Para Kristeva (1982), enquanto o campo simbólico prima por ordem e manutenção, “a abjeção, por outro lado, é imoral, sinistra, intrigante e sombria: um terror que se dissolve, um ódio que sorri, uma pai-

¹⁰ Not me. Not that. But not nothing, either. A ‘something’ that I do not recognize as a thing.

¹¹ [...] abjection is not a stage ‘passed through’ but a perpetual process that plays a central role within the project of subjectivity.

xão que usa o corpo para escambo em vez de inflamar, um devedor que te vende, um amigo que te esfaqueia” (p. 04) (*tradução nossa*¹²).

É por isso que a abjeção é exercitada quando um Outro toma meu lugar definindo o que deveria ser o eu. Esse Outro necessariamente é precedente ao eu, uma vez que representa e impõe a ordem simbólica que se apropria das subjetividades, possibilitando, paradoxalmente, a constituição do próprio eu (KRISTEVA, 1982). É devido a essa relação necessariamente conflituosa entre o abjeto e o Outro que, a partir das discussões de Kristeva, é possível pensar ações políticas de inclusão e exclusão, como a que ocorre no campo dos gêneros. Assim, o abjeto relaciona-se com o desejo e a cultura, encontrando-se na relação conflituosa entre esses dois aspectos da produção de subjetividades, estabelecendo as fronteiras dos corpos individuais e do corpo social (TYLER, 2009).

O abjeto pode ser compreendido tanto enquanto coisas quanto práticas, bem como as forças a elas relacionadas, que se opõem ao enraizamento do ego, uma vez que se coloca entre o que é e o que não é. É devido a essa característica que o abjeto é pensado por Kristeva enquanto um elemento com potencial disruptivo no campo social (TYLER, 2009), muitas vezes forçando as fronteiras estabelecidas pela ordem simbólica (KRISTEVA, 1982).

É exatamente nas bordas que o abjeto atua, pois, se as fronteiras são exatamente aquilo que delimitam o que o sujeito é, o que inclui a própria experiência corporal, interessa ao ego estabelecer de forma clara o que deve ser mantido exterior ao eu, enquanto uma impossibilidade que produz um movimento de recusa de qualquer ambiguidade. No entanto, a possibilidade da ambiguidade segue enquanto ameaça ao ego, o que, paradoxalmente, permite sua própria consolidação devido à manutenção das fronteiras. Sobre essa relação entre abjeção e produção dos limites do próprio ego, Kristeva (1982) afirma: “Podemos chamá-la de fronteira; a abjeção é acima de tudo ambiguidade. Porque, enquanto libera uma amarra, não exclui radicalmente

¹² Abjection, on the other hand, is immoral, sinister, scheming, and shady: a terror that disassembles, a hatred that smiles, a passion that uses the body for barter instead of inflaming it, a debtor who sells you up, a friend who stabs you.

o sujeito que a ameaça – pelo contrário, a abjeção reconhece que está em perigo perpétuo” (p. 09) (*tradução nossa*¹³).

É devido a essa relação entre o abjeto e o ego que a psicanalista afirma que a abjeção persiste na produção das subjetividades nas formas de exclusão ou tabu. Nesse sentido, por não poder ser nem assimilado nem completamente esquecido, a relação que os sujeitos estabelecem com o abjeto pode muitas vezes tomar feições fóbicas, sendo essa uma forma de evitação das escolhas que o contato com o abjeto abrem como possibilidades que distanciam o sujeito do que foi estabelecido enquanto suas fronteiras (KRISTEVA, 1982).

Essa dinâmica não ocorre sem conflito para o ego, que é continuamente desafiado pelos limites da abjeção, nesse sentido,

Quando sou assolado pela abjeção, a trança distorcida de afetos e pensamentos que chamo por esse nome não tem, propriamente falando, um objeto definível. O abjeto não é um objeto diante de mim, que eu nomeie ou imagine. Tampouco é uma brincadeira, uma alteridade incessantemente fugindo em uma busca sistemática de desejo. O que é abjeto não é meu correlato, o qual, me fornecendo alguém ou algo mais como apoio, me permitiria ser mais ou menos despregado e autônomo. O abjeto tem apenas uma qualidade do objeto – a de se opor a mim (KRISTEVA, 1982, p. 01) (*tradução nossa*¹⁴).

A expressão da fobia em torno do abjeto pode tomar diversas formas, que vão desde expressões de nojo, passando pelo discurso de ódio, chegando até a possibilidade de violência física. Assim, independentemente de sua maneira de expressão, a dinâmica fóbica institui uma força de exclusão que acaba por afastar o abjeto de qualquer identificação como algo propriamente humano (TYLER, 2009). É a partir dessa exclusão que a heterogeneidade é excluída, ainda que imaginariamente, evitando assim o

¹³ We may call it a border; abjection is above all ambiguity. Because, while releasing a hold, it does not radically cut off the subject from what threatens it – on the contrary, abjection acknowledges it to be in perpetual danger.

¹⁴ When I am beset by abjection, the twisted braid of affects and thoughts I call by such a name does not have, properly speaking, a definable object. The abject is not an object facing me, which I name or imagine. Nor is it an object, an otherness ceaselessly fleeing in a systematic quest of desire. What is abject is not my correlative, which, providing me with someone or something else as support, would allow me to be more or less detached and autonomous. The abject has only one quality of the object – that of being opposed to I.

contato dos sujeitos com a tensão (HARRINGTON, 1998), o que consolida as fronteiras e estabiliza o ego de forma identificada com a Lei (KRISTEVA, 1982).

Apesar disso, por sua proximidade fronteira, o abjeto pode exercer fascínio, ativando o desejo, o que gera uma relação paradoxal entre o ego e o abjeto. Para Kristeva (1982), essa dinâmica ocorre através da reminiscência de conteúdos inconscientes que recusam a completa diferenciação em relação ao abjeto, o que explicita a impossibilidade de uma divisão total entre o sujeito e objeto na dinâmica de estruturação psíquica.

Com isso, fica evidente o risco sempre iminente de “poluição” através do abjeto, o que engendra o recrudescimento das lógicas de proibição, o que, paradoxalmente, reforça a possibilidade de fascínio. Esse processo ocorre como forma de proteger as fronteiras psíquicas do que deve ser encarado enquanto radicalmente outro, reforçando as fronteiras entre o eu e o outro, entre o interno e o externo (KRISTEVA, 1982).

Butler defende que esse processo geral da formação psíquica ocorre também na produção dos gêneros inteligíveis, de forma que a produção das fronteiras do que seriam os gêneros reconhecidos pautada na ideia de diferença sexual dos corpos passa, necessariamente, pela produção de abjeção em relação a uma série de outras experiências sexuais e de gênero. No entanto, em sua leitura, a filósofa recorre à teorização psicanalítica sem aderir a seus pressupostos de forma completa.

A principal divergência da teórica em relação à psicanálise encontra-se exatamente nas discussões em torno da assunção dos gêneros. Para Butler (2019, 2008), a distinção entre ser e ter o falo acaba por referendar uma naturalização do binarismo de gênero, através da reificação de um campo simbólico baseado na distinção absoluta entre masculino e feminino. Sobre isso, e tomando o pensamento de Lacan como base para sua crítica, ela afirma:

Lacan continua sua exposição sobre a comédia heterossexual, explicando que esse ‘parecer’ o Falo que as mulheres são compelidas a representar é inevitavelmente *uma mascarada*. O termo é significativo porque sugere sentidos contraditórios: por um lado, se o ‘ser’, a especificação ontológica do Falo, é uma mascarada, então isso pareceria reduzir todo ser a uma

forma de aparência, a aparência de ser, com a consequência de que toda ontologia do gênero é redutível a um jogo de aparências. Por outro lado, mascarada sugere que existe um ‘ser’ ou uma especificação ontológica da feminilidade *anterior* à mascarada, um desejo ou demanda feminina que é mascarado e capaz de revelação, e que, na verdade, pode pressagiar uma ruptura e deslocamento eventuais da economia significativa falocêntrica (BUTLER, 2008, p. 78).

O que Butler procura explicitar é que a psicanálise teria a possibilidade de desnaturalizar as diferenças de gênero, no entanto, acaba por referendar um sistema de sexo-gênero normativo. Nesse sentido, é notável o potencial subversivo que a teoria freudiana da bissexualidade originária possui, no entanto,

A conceitualização da bissexualidade em termos de *predisposições*, feminina e masculina, que têm objetivos heterossexuais como seus correlatos intencionais sugere que, para Freud, a *bissexualidade é a coincidência de dois desejos heterossexuais no interior de um só psiquismo* (BUTLER, 2008. p. 95).

Para Butler, essa forma de vislumbrar a bissexualidade originária acaba por afastar a ideia de homossexualidade mesmo quando se trata de um possível desejo por indivíduos do mesmo gênero. Assim, o que acaba por ocorrer na teorização freudiana é, antes mesmo do tabu do incesto, a construção de um tabu em torno da homossexualidade. Dessa maneira, acaba-se por ocultar a construção dos limites do real, processo esse que possibilita a reificação da ordem simbólica que culmina com a defesa psicanalítica de que fora desse campo só é possível a psicose, o desligamento do compartilhamento social.

No entanto, Butler (2008) defende que não há razão para que se recuse um amor sexual original do filho pelo pai, por exemplo, de forma que a defesa freudiana da passagem pelo Édipo marcado necessariamente pela heterossexualidade apenas referenda a recusa de que a constituição do ego, que passa pela interiorização da identidade de gênero, é uma construção que antes de adequar-se à ordem simbólica, é ela mesma responsável por construí-la e consolidá-la. Nesse sentido, Butler (2008) afirma que “os limites do ‘real’ são produzidos no campo da heterossexualização naturalizada dos cor-

pos, em que fatos físicos servem como causas e os desejos refletem efeitos inexoráveis dessa fisicalidade” (p. 108).

É nessa altura da discussão que Butler encontra-se com o conceito de abjeção e o incorpora às suas teorizações em torno dos corpos e gêneros. Ela explicita, assim, o trabalho que envolve o processo de consolidação da naturalização dos gêneros, o que exige a diferenciação radical não apenas entre o masculino e o feminino, mas também daquilo que desafia esses limites, que é, por isso, lançado ao campo da abjeção. Para a filósofa a questão que se impõe

[...] consiste em estabelecer se as formas que supostamente produzem vida corporal operam por meio da produção de um domínio excluído que chega a limitar e assombrar o campo da vida corporal inteligível. A lógica dessa operação é até certo ponto de natureza psicanalítica, uma vez que a força de proibição produz o espectro de um retorno aterrorizante. (BUTLER, 2019, p. 81).

Assim, o que fica explícito na teoria de gênero de Judith Butler é o papel decisivo que a ordem simbólica desempenha na criação de um marco cultural de inteligibilidade genérica. Para a autora, a questão principal de suas teorizações acerca dos corpos e gêneros relaciona-se com a busca do entendimento em torno do que constituiria uma vida qualificada enquanto humana, o que, antes de relacionar-se com uma naturalidade ou metafísica da espécie, diz respeito a uma certa delimitação das relações de poder (BUTLER, 2008).

Pode-se afirmar, assim, que a ordem simbólica afirmada como inevitável e imodificável é, na realidade, performada. Nesse processo, a divisão de sexo-gênero dos sujeitos atua como um campo normativo que impõe suas condições para que se acesse a própria condição de humano. É por essa razão que em Butler é impossível descolar o gênero dos corpos que o tornam possíveis. Assim, as fronteiras de gênero acabam por estarem intimamente conectadas com a constituição de inteligibilidade em torno dos corpos humanos, num processo que replica uma metafísica da diferença sexual nas experiências que passam a ser generificadas (BUTLER, 2019).

O que se pode concluir a partir de Butler é a relação intrínseca entre ordem simbólica e relações de poder. Nesse sentido, antes de ser um espaço de inserção do sujeito na cultura, o simbólico opera movimentos de exclusão. Isso se dá devido à necessidade de identificação que os indivíduos têm para firmarem-se enquanto sujeitos. Essa identificação opera por exclusão a partir do momento em que, para constituírem-se enquanto sujeitos, é necessário a diferenciação entre o que se é e o que não se pode ser, ou seja, o abjeto, que estabelece as fronteiras entre o pensável e o impensável, o inteligível e o seu oposto (MARTÍNEZ, 2015).

Através desse mecanismo o corpo torna-se lugar privilegiado para a formação subjetiva, sempre através de um processo normativo que acaba por reificar a ordem simbólica enquanto inevitável, argumento que se sustenta principalmente devido a longa duração do poder performativo, o que dificulta mudanças amplas em sua configuração (NAVARRO, 2008). Nesse sentido, é muito mais a proibição e a constituição das margens entre o inteligível e o abjeto que forjam os gêneros e os corpos a partir de uma matriz binária, o que, segundo Butler (2019), nos conecta inevitavelmente à questão dos critérios prévios de produção de inteligibilidade, uma vez que,

Se a delimitação, a formação e a deformação de corpos sexuais são realizadas por um conjunto de proibições fundadoras, pela aplicação de um conjunto de critérios de inteligibilidade, então não estamos apenas considerando como os corpos aparecem do ponto de vista de uma posição teórica ou localização epistêmica, a certa distância dos próprios corpos. Pelo contrário, estamos perguntando como os critérios de sexo inteligível operam para constituir um campo de corpos e como podemos entender precisamente os critérios específicos de produção dos corpos que eles regulam (BUTLER, 2019, p. 82).

Assim, quando se fala de uma ordem simbólica que sustenta o binarismo de gênero através da fabricação de corpos específicos, o que está em discussão é a constituição de uma matriz cultural que opera enquanto marco normativo que possibilita, ou não, a inserção dos indivíduos no campo da cultura, o que acaba por romper a distinção entre aspectos ontológicos e sociopolíticos (BUTLER, 2012).

É a partir da não adequação a essa matriz cultural que as identidades de gênero não completamente enraizadas no binarismo são postas como falhas no desenvolvimento da subjetividade ou até mesmo impossibilidades lógicas dentro do domínio dicotômico, o que engendra sujeitos que são lançados à abjeção devido à sua inviabilidade nos marcos de inteligibilidade instituídos (BUTLER, 2008, 2019).

No entanto, para Butler, é exatamente nessa dinâmica de inadequação que os limites normativos são denunciados. Isso ocorre porque a exclusão nunca é completa, uma vez que o espaço binário normativo no que tange à produção dos corpos, gêneros e sexualidades não prescinde de um exterior que delimita seu próprio território, pois, como bem condensa Diaz (2012), “o ‘exterior constitutivo’ não é um ‘exterior absoluto’ (‘absolute outside’), não é um exterior ontológico oposto ao campo do discurso; só pode ser concebido em relação ao discurso, às margens do discurso” (p. 1235) (*tradução nossa*¹⁵).

O que fica evidenciado, então, é a possibilidade de subversão que as experiências abjetas apresentam através da recitação que rompe com a lógica de gênero hegemônica, o que reivindica significação para corpos e estilos de vida excluídos por ela na constituição dos espaços abjetos (DIAZ, 2012). Assim, se, por um lado, a regulação do gênero e das sexualidades tenta suprimir a multiplicidade que ameaça os marcos heterossexuais reprodutivos (BUTLER, 2008); por outro

Os termos políticos que visam estabelecer uma identidade segura ou coerente são perturbados por esse fracasso da performatividade discursiva em estabelecer, finalmente e completamente, a identidade a que se refere. A iterabilidade ressalta o status não idêntico de tais termos; o exterior constitutivo significa que a identidade sempre exige precisamente aquilo que não pode suportar (BUTLER, 1993, p. 188) (*tradução nossa*¹⁶).

¹⁵ El ‘exterior constitutivo’ no es un ‘exterior absoluto’ (‘absolute outside’), no es un exterior ontológico opuesto al ámbito del discurso; solo puede concebirse en relación con el discurso, en los márgenes del discurso.

¹⁶ The political terms that are meant to establish a sure or coherent identity are troubled by this failure of discursive performativity to finally and fully establish the identity to which it refers. Iterability underscores the non-self-identical status of such terms; the constitutive outside means that identity always requires precisely that which it cannot abide.

Pode-se constatar, assim, que o impensável e ininteligível na cultura não são completamente excluídos dela, mas passam a funcionar enquanto as fronteiras que delimitam o que seria a vida propriamente humana. Os indivíduos que não se encaixam no campo normativo do gênero passam a ocupar o espaço do abjeto, que funciona como fronteira entre o humano e o algo menos que humano. Nesse sentido, a produção das fronteiras que delimitam os limites do abjeto desumaniza determinadas expressões de corpo e gênero enquanto falhas de citação genérica (BUTLER, 2008). Esses sujeitos serão muitas vezes afirmados como fora da cultura, seja pelo desvio moral, seja pelo desvio patológico. No entanto, como afirma Butler (2008), o fora da cultura não existe, uma vez que a própria interpretação acerca da experiência dos sujeitos que não se adequam ao binarismo dos corpos e gêneros é realizada a partir do marco cultural hegemônico, de forma que “o ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe a descrever” (BUTLER, 2008, p. 194).

O que vemos ocorrer é a produção do ininteligível enquanto estratégia de produção social da abjeção (BUTLER, 2019). Isso expressa a violência contida na constituição dos corpos e gêneros. Essa constituição, apesar de naturalizada pelo campo simbólico que compartilhamos, mostra-se enquanto uma dinâmica coercitiva de dar e receber os nomes que engendram as subjetividades. É no ato de ser nomeado que o indivíduo ingressa efetivamente no simbólico e, assim, pode constituir-se, tendo às suas margens as experiências abjetas que servem para confirmar seu lugar social (SABSAY, 2012). Nesse sentido, Butler (2008) afirma que

O que permanece “impensável” e “indizível” nos termos de uma forma cultural existente não é necessariamente o que é excluído da matriz de inteligibilidade presente no interior dessa forma; ao contrário, o marginalizado, e não o excluído, é que é a possibilidade cultural causadora de medo ou, no mínimo, da perda de sanções. Não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada. O “impensável” está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura *dominante* (p. 116-7).

Essa dinâmica explicita o aspecto construído da abjeção. Assim, não é possível uma separação completa do ponto de vista de produção cultural da inteligibilidade entre essa e o abjeto. Isso ocorre devido à função de fronteira que o não inteligível na cultura ocupa, de forma que o abjeto acaba por ganhar um espaço negativo no campo social. O que Butler explicita com esse argumento é que o espaço normativo tanto institui as experiências e corpos inteligíveis, como aqueles que são seu outro radical, não havendo contradição em se afirmar que o abjeto também forma o domínio do que é possível e inteligível na cultural através de um exterior constitutivo (BUTLER, 2019).

A abjeção engendra, assim, corpos que são impensáveis e, paradoxalmente, constitutivos do espaço da inteligibilidade humana enquanto seu exterior absoluto. Nesse sentido, o que é considerado enquanto menos que uma vida humana, enquanto expressão de uma impossibilidade subjetiva, acaba por não importar enquanto sujeito, uma vez que seu caráter de fronteira é imposto pelo campo social (DIAZ, 2012).

No entanto, quando Butler afirma que os corpos abjetos não contam enquanto corpos verdadeiros, ela não recusa a materialidade dos corpos que não importam (BUTLER, 2019), mas assinala que esses corpos ocupam um espaço específico através de uma existência marginalizada, o que possibilita que atuem enquanto vidas que estão o tempo todo a reivindicar reconhecimento (LLOYD, 2007), reivindicar alterações no campo simbólico que se pretende como único possível, bem como imutável.

Como explicitado por Kristeva (1982), quando se fala de abjeção, o que está em jogo é a própria entrada dos indivíduos na esfera simbólica e, assim, a assunção ou não de uma subjetividade. Dessa forma, a abjeção diz respeito a todos os corpos e experiências que não são consideradas como expressões genuinamente humanas para o marco simbólico o qual desafiam (BUTLER, 2008).

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscre-

ver o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito [...] (BUTLER, 2019, p. 04).

É devido a essa inserção num espaço nebuloso da cultura que Butler defenderá a necessidade de alteração do campo simbólico como estratégia de ampliação do espectro de vidas que contam enquanto importantes. Ora, o que se impõe nessa discussão é o estatuto ontológico que as discussões em torno da abjeção possuem, uma vez que está em jogo a inserção de determinados indivíduos na categoria humana (LLOYD, 2007), sendo a constituição simbólica do que se considera enquanto uma vida humana que deve mudar para a consolidação de uma estrutura social menos excludente.

Evidentemente que uma recusa completa do campo simbólico é impossível, no entanto, Butler (2008) questiona a impossibilidade que ela enxerga nas discussões realizadas por Kristeva (1982) de emancipação através da alteração na ordem simbólica. Apesar disso, ao inserir o abjeto como parte da formação das subjetividades e, conseqüentemente, da cultura, Kristeva acaba por abrir a possibilidade explorada por Butler de uma possível dissolução da ordem simbólica (LLOYD, 2007).

Butler (2019) analisa essa inserção do sujeito na cultura através da constituição de um corpo generificado pela ordem simbólica nos mesmos termos de identificação que Kristeva (1982) defende. Nesse sentido, a filósofa afirma que

A formação de um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de “abjeção” e sua condição para o sujeito como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um determinado sexo vai se preocupar sobretudo com a *regulação* das práticas *identificatórias* de tal forma que a identificação com a abjeção de sexo será persistentemente repudiada (BUTLER, 2019, p. 05).

No entanto, ao descrever essa dinâmica, Butler não pretende referendá-la como um universal inevitável, mas, ao contrário, expor a ficção

ideológica que torna os corpos generificados possíveis, através da naturalização da diferença sexual que opera enquanto um marco restritivo para a expressão das subjetividades; o que a leva ao questionamento desse mesmo marco de forma a flexibilizar as concepções, de forma a se poder pensar o que seria uma vida humana para além da diferença sexual.

Recebido em 08/11/2021

Aprovado em 06/12/2021

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão das identidades*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. “Arguing with the Real”. In: BUTLER, Judith. *Bodies that matter, on the discursive limits of “sex”*. Nova Iorque, Londres: Routledge, 1993, p. 181-222.

BUTLER, Judith. “Preface (1999)”. In: BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. 2ª ed. New York, London: Routledge, 1999, p. VII-XXVI.

BUTLER, Judith. “Jugársela con el cuerpo”. In: SOLEY-BELTRAN, Patricia; SABSAY, Leticia. *Judith Butler en disputa: lecturas sobre la performatividad*. Barcelona: Editorial Egales, 2012, p. 2714-2901 (Arquivo Kindle).

BUTLER, Judith; REDDY, Vasu. “Troubling Genders, Subverting Identities: Interview with Judith Butler”. *Agenda: Empowering Women for Gender Equity/African Feminisms*, N. 62/ Vol. 2, N.1, 2004, p. 115-123.

DIAZ, Elvira Burgos. “Desconstrucción y subversión”. In: SOLEY-BELTRAN, Patricia; SABSAY, Leticia. *Judith Butler en disputa: lecturas sobre la performatividad*. Barcelona: Editorial Egales, 2012, p. 1180-1572 (Arquivo Kindle).

HARRINGTON, Thea. “The Speaking Subject in Kristeva’s Powers of Horror”. *Hypatia*, Vol. 13, N. 1, 1998, p. 138-157.

JAGGER, Gill. *Judith Butler: sexual politics, social change and the power of the performative*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2008 (Arquivo Kindle).

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror - An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

LLOYD, Moya. *Judith Butler*. Cambridge: Polity Press, 2007 (Arquivo Kindle).

MARTÍNEZ, Ariel. “La tensión entre materialidad y discurso: la mirada de Judith Butler sobre el cuerpo”. *Cinta moebio*, Vol.54, 2015, p. 325-335.

NAVARRO, Pablo Pérez. *Del texto al sexo: Judith Butler y la performatividad*. Espanha: Editorial Egales, 2008 (Arquivo Kindle).

SABSAY, Leticia. “De sujetos performativos, psicoanálisis y visiones constructivas”. In: SOLEY-BELTRAN, Patrícia; SABSAY, Leticia. *Judith Butler en disputa: lecturas sobre la performatividad*. Barcelona: Editorial Egales, 2012, p. 1575-2022 (Arquivo Kindle).

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

TYLER, Imogen. “Against abjection”. *Feminist Theory*, Vol. 10, N. 1, 2009, pp. 77–98.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).